

DO PAPEL DE SANTO ANTÔNIO NA ESTABILIZAÇÃO POLÍTICA DA MOEDA

*José Luis Fiori**

"Um sistema político que se caracterize por impulsos centrífugos, uma oposição irresponsável e uma competição suja, dificilmente pode ser um sistema viável. A política imoderada e ideológica leva à paralisia pura e simples ou a uma seqüência de reforços mal calculados que acabam no fracasso."

Giovani Sartori

Não há quem desconheça a contribuição do Presidente Figueiredo à difusão do conhecimento médico entre a população brasileira. Os hipocondríacos, em particular, devem-lhe acuradas informações sobre suas mazelas cardiopatópatológicas, à época analisadas e explicadas amplamente pela imprensa. Já aos Presidentes Sarney e Collor, os brasileiros ficarão devendo um sofrido aprendizado de economia, ou, pelo menos, de seu capítulo "inflação". Tão discutido e praticado por todos, que hoje são poucos os que não sabem, na ponta da língua, o momento em que estamos do recorrente "stop and go" da hiperinflação reprimida que nos acompanha há quase uma década.

De tal forma que, entre especialistas e comentaristas de mesas de bar, já não há quem não compreenda, apreensivo, que depois de um ano de recessão econômica, pesado achatamento salarial, política monetária restritiva e de "superavit" fiscal continuado, a explicação e o combate à inércia inflacionária vão ficando cada vez mais difíceis. Os próprios arautos da ortodoxia monetarista, acuados, apelam cada vez mais para explicações vagas e inquantifi-

* Professor Titular do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

cáveis, como o tempo de vigência da política econômica, cultura inflacionária, cacocharias dos consumidores, comportamentos aéticos dos empresários, etc.

Pouco a pouco, entretanto, nos botequins e nas academias, tem ganho terreno, nos últimos tempos, uma explicação vitoriosa: as responsáveis pela cronicidade inflacionária, igual como no caso da hipocondria, são as expectativas pessimistas. Algo tão amplo, difuso e variável no tempo e no espaço que ninguém sabe exatamente como defini-las e, muito menos, como controlá-las, sobretudo depois que se comprovou a ineficiência -- do ponto de vista expectacional -- da legitimação pelo voto de um presidente convicto, audacioso e inquebrantável em suas determinações. Tão determinado, aliás, que levou até às últimas consequências a tentativa de transformar sua vontade, pela via do enfrentamento ou do afrontamento, em balisa das expectativas e comportamentos dos produtos e dos consumidores brasileiros. E fracassou.

Parece claro que foi a reação da sociedade e, em particular, dos empresários, que já chegavam ao ponto de ameaçar o mandato presidencial, muito mais do que o insucesso imediato do seu plano econômico, a verdadeira responsável pela recente inflexão tática que levou o Presidente Collor a dispensar sua "brigada de choque" econômica e a convocar o Embaixador Marcílio Marques Moreira, um esforço macio de estabilização de expectativas. Mas, como sabemos, o Presidente não apoiou sua nova opção em rearticulações políticas que visassem alterar a atual rota recessiva da política econômica, ou rever as opções fundamentais de seu projeto de "liberalização" da economia brasileira.

Portanto, podemos depreender que o novo Ministro, assim como quase tudo deste Governo, valeu na hora de sua escolha pelo que simboliza: discricionariedade, cosmopolitismo e diplomacia. Mas, também, pelo bom relacionamento com os norte-americanos, pelo apego intelectual ao liberalismo radical e por uma ligação charmosa com o mundo dos bancos. Sua eficiência -- junto aos empresários e ao Congresso -- supõe-se que decorrerá muito mais desse simbolismo do que da coesão de sua equipe ou do grau de lealdade de seus membros à vitoriosa política do Presidente Collor.

Decorrido um mês da mudança de guarda e de tática, os observadores mais atentos e os estudiosos da inflação perguntam-se assustados qual será, afinal, a nova política econômica. Negam-se a compreender o óbvio: de que se trata,

em grandes linhas, da mesma política antiinflacionária monetarista que vinha sendo seguida pela equipe anterior. Entretanto com duas diferenças significativas, que irão percebendo-se com o passar do tempo: na mudança de estratégia de renegociação da dívida externa e no abandono de qualquer veleidade de política industrial. E isto porque a nova equipe é ainda mais convictamente liberal do que a anterior, e seu "longo prazo", por isso mesmo, não prevê políticas setoriais, resumindo-se estas ao que está contido no "projeto" presidencial, sabidamente uma lista de intenções legais, que ainda dependem de ampla, e pouco provável, reforma constitucional.

Para o "curto prazo", entretanto, os técnicos do Ministro Marcílio trazem pouca coisa nova, e sua identidade conjunta resume-se em uma idéia central, sintetizada pelo Secretário de Política Econômica do Governo, Roberto Macedo: "evitar traumas". Mas como evitá-los, se já os tivemos? Mantendo-se na sombra e atuando na surdina, até que a sociedade se dessensibilize e perca o medo.

Isto significa que o Governo também está convencido de que as expectativas são importantes e de que, tratando-as de forma diplomática e "soft", elas ficarão menos inflacionárias. Um imenso equívoco, como é óbvio, se ficar apenas nisso.

Com ou sem diplomacia, o novo Ministro não tem como fugir à dura realidade. Até setembro, terá que enfrentar o desafio do descongelamento dos preços e da formulação de uma nova política para os salários e os aluguéis. Para não falar da renegociação da dívida, do desbloqueio dos cruzados e da pressão crescente dos governadores, os velhos e os novos, aliados em uma corrida movida por ciúmes e ambições. E, depois de setembro, terá que administrar, de forma cada vez mais conflitiva, os efeitos "estruturais" acumulados pela recessão sobre uma década de atraso econômico.

Mas, talvez, o Ministro Marcílio tenha sorte e conte a seu favor com os efeitos de acontecimentos que, longe dos impasses imediatos da política econômica, podem estar inovando o quadro político e ideológico nacional, podendo mesmo nos trazer as graças de Santo Antônio de Florença na forma de uma institucionalidade política mais estável. Que inovações são essas? Onde estão ocorrendo?

São muitas e dificilmente poderiam ser detalhadas neste artigo. Mas seu sentido central talvez possa ser resumido nesta frase: uma profunda conversão conservadora das elites

e das organizações sociais e políticas brasileiras. Conversão ideológica, conversão política e convergência sintetizáveis na epígrafe rigorosamente conservadora do Cientista Político italiano Giovanni Sartori, anunciada na abertura deste texto.

Trata-se de um processo de transformação profunda, mas que vem se dando de forma extremamente rápida. Iniciou-se, talvez, com a derrota do Plano Cruzado e a inflexão política que a seguiu e levou o Governo Sarney e a sua ampla frente de sustentação à mais completa derrocada. A partir dali, nos meios de comunicação, nas revistas especializadas, nos ambientes acadêmicos e, finalmente, também nos botequins, avançou de forma avassaladora um consenso que acabou sendo consagrado pela eleição do Presidente Collor.

Acreditamos que esse consenso deu um passo decisivo, depois da derrota de Brizola e Lula, quando conquistou a adesão de economistas (parlamentares ou não) de quase todos os partidos a uma plataforma de combate à inflação e a reformas institucionais que, em amplas linhas, coincidem com aquilo que vem sendo chamado de "Consenso de Washington", definido na década de 80 e sugerido, ou imposto, desde então, à quase toda periferia capitalista, ou, pelo menos, àquela estrangulada pela dívida externa.

A partir de então, neste último ano, a epicentralidade do problema inflacionário forçou uma "economicização" do debate político e dos argumentos ideológicos que contribuiu para aumentar o peso das opções conjunturais no posicionamento dos vários partidos políticos, os quais, com isso, vêm convergindo crescentemente.

Ao mesmo tempo, e em outro diapasão, assistimos a vários fenômenos: a integração do Governo Brizola e a convergência de idéias das lideranças do PSDB com uma Internacional Social-Democracia, que, durante os anos 80, esteve sob a égide de agrupamentos nacionais e que vem seguindo, na prática dos governos de seus respectivos países, o mesmo programa neoliberal, a divisão e/ou confusão interna trazida para dentro do Partido dos Trabalhadores pela derrota socialista e, por fim, a substituição, no comando do PMDB, de uma direção "confederada" e ideológica (que durante longo tempo combinou o liberalismo político com o intervencionismo econômico) por uma nova liderança unipessoal e centralizadora, que propõe uma oposição que associe o hiper-realismo democrático com o liberalismo econômico, temperado pelo apelo desenvolvimentista. Esses são todos os acontecimentos e processos

que estão dando uma decisiva contribuição à "desideologização" de nosso espaço político.

Esse processo tem sido exponenciado nestes últimos tempos pela inflexão estratégica definida pela Igreja em sua última reunião de Itaici, pela continuada impotência do movimento dos "sem-terra" e pela contundente derrota sofrida pela CUT em sua tentativa de greve geral do mês de maio último.

Frente a isso, o mesmo G.Sartori diria que o que estamos assistindo é uma crise das organizações "antissistema" e uma adesão das demais às regras do jogo democrático e ao princípio da inevitabilidade capitalista. O que ele chamaria de cabal processo de "despolarização" do sistema político brasileiro.

Tudo vem ocorrendo de tal maneira que, na hora em que o Embaixador Marcílio assumiu o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, o sistema político partidário brasileiro talvez estivesse ingressando no mundo dos "pluralismos moderados", enquanto nosso sistema sindical, atropelado pela recessão, parece avançar em direção a uma militância não conflitiva ou de "resultados". Fatos que criam condições para o amadurecimento de uma realidade inusitada em nossa história.

Assim, em pouco tempo, decantou-se um novo quadro político, com um número reduzido de lideranças "viáveis", e pré-desenhou-se uma sucessão presidencial para 1994 perfeitamente assimilável para todos os segmentos de nossas elites, sempre tão sensíveis a qualquer alternância de poder. Os prováveis candidatos são todos igualmente pragmáticos e, nesse sentido, se por acaso praticarem o que Sartori chamaria de "competição suja", tendem a fazê-lo da mesma maneira, obedecendo a regras empíricas cada vez mais generalizadas.

De qualquer forma, a grande novidade é que as limitadas alternativas que já estão postas na mesa têm baixo teor ideológico. E as regras do jogo estão praticamente definidas e aceitas, com exceção da elite intelectual mais "sofisticada", que advoga uma nova mudança de regras através da substituição do sistema de governo. Além disso, o fato de que todos já estão em campanha com vistas a 1992 e 1994, explicação segura para alianças e coalizões que vêm surpreendendo a opinião pública e que são apenas o primeiro fruto, mais chocante, desse grande movimento centrípeto de natureza conservadora vivido pela nossa sociedade política.

Não interessa, nem caberia neste artigo, deslindar o sentido dessas novas convergências e alianças. Tenham ou não a intenção de contrabalançar o peso de São Paulo, redesenhando a geopolítica brasileira na direção de um eventual bipartidarismo com forte colaboração territorial, a verdade é que, se esse pragmatismo for duradouro, veremos, pela primeira vez em nossa história, os caminhos abertos para uma alternância tranqüila de poder e bastante "segura" para as nossas classes dominantes.

E, se tudo isso realmente ocorrer, estaremos assistindo, neste momento, e do outro lado da janela do Ministro Marcílio, a contribuição mais decisiva feita nesta última década à estabilização das nossas instituições políticas, portanto, também das expectativas de nossos agentes econômicos. É certo que isso não é tudo, mas um enorme passo terá sido dado às costas da política econômica na direção da estabilização da nossa moeda. E, a ser verdade, uma estabilização mais lenta, mas certamente mais segura e soberana do que a dolarização que alguns já anunciam para o mês de outubro.

A verdade é que, para que tudo isso aconteça da melhor maneira e pela via mais conservadora, o novo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento deveria implorar o apoio de Santo Antônio de Florença no seu esforço para conquistar uma maior "compreensão" norte-americana. Isto porque, se os Estados Unidos resolverem transformar o Brasil em mais um "caso exemplar" de sua nova política imperial, o mais provável é que a política liberal do Presidente Collor fracasse rotundamente. Então, não seria surpreendente se a sociedade, por caminhos estritamente pragmáticos, começasse a ficar "antissistema" e se os finalistas das eleições presidenciais de 1994 se transformassem, pragmaticamente, em neonacionalistas.

E é por isso, como vemos, que o papel de Santo Antônio pode vir a ser decisivo para a estabilização da moeda brasileira.